

RESENHA

JK, ESTADOS UNIDOS E FMI: DA SÚPLICA AO ROMPIMENTO.

VICTOR A. F. YOUNG

São Paulo Alameda, 2014, 196 p

Recebida em 01/2017

Aprovada em 02/2017

Lançado durante o Congresso da ANGE em outubro de 2016¹, o livro de Victor Young, JK, Estados Unidos e FMI: da súplica ao rompimento, apresenta o resultado de uma extensa pesquisa bibliográfica e documental realizada durante o Mestrado em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp. O objeto de estudo – como o financiamento externo condicionava o desenvolvimento interno – é reconhecidamente de intenso interesse na historiografia brasileira e adquire maior relevância num momento em que a economia brasileira passa novamente por ajuste fiscal e alterações da participação do Estado.

Na pesquisa documental, o livro expõe a consulta em diferentes fontes que abrangem diversos tipos de documentos de Estado norte-americano. As origens dessa documentação estão no NARA (The U.S. National Archives Records Administration), no FOIA-CIA (Freedom of Information Act Electronic Reading Room – Central Intelligence Agency) e no FRUS (Foreign Relations of the United States). Entre os tipos de documentos, encontram-se relatórios da CIA e da Embaixada dos EUA, memorandos de reuniões com políticos e personalidades brasileiras, telegramas com ordens do Departamento de Estado, análises da situação política e econômica brasileira, além de alguma correspondência

**ULISSES RUBIO URBANO
DA SILVA**

Doutorando em Desenvolvimento Econômico, do Instituto de Economia/Unicamp

bilateral. Segundo o professor Pedro Paulo Zahluth Bastos, no prefácio ao livro, dentre estes há “fontes primárias até então inexploradas” (YOUNG, 2014, p. 11). Os trechos dos documentos, que são citados diretamente no livro e traduzidos em notas de rodapé, foram mantidos no original em seção à parte, ao final do livro.

No primeiro capítulo, o autor faz uma síntese bibliográfica procurando “identificar como o sistema capitalista do pós-guerra vinha se remodelando” (YOUNG, 2014, p. 15). Principal elemento deste reordenamento, a partir do qual se articularam os demais, foi a ascensão dos Estados Unidos como principal potência capitalista. Fator relevante desta posição estadunidense à época foi a instalação de multinacionais estadunidenses, sobretudo na Europa Ocidental. As potências capitalistas europeias seguiram a mesma estratégia, embora sem contestar a liderança estadunidense. O autor observa que, após a reconstrução da Europa, as grandes empresas das potências capitalistas procuravam novos territórios para expansão de seus negócios. O Brasil, dado sua aspiração à industrialização que vinha desde os anos 1930, e ganhando contornos, inclusive intelectuais, mais definidos após o fim da II Guerra, surgiu como um locus onde estas grandes empresas puderam expandir suas estruturas de produção por meio da

instalação de filiais.

No segundo capítulo, são apresentados os interesses estadunidenses no Brasil. Para tanto, o livro apresenta o significado da alteração da política dos Estados Unidos para a América Latina durante o governo Eisenhower. Nesta administração, foi adotada uma política diferenciada quanto ao auxílio econômico para o desenvolvimento, restringindo os empréstimos oficiais e incentivando que os Estados requisitantes o fizessem junto ao setor privado, por intermédio das agências multilaterais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Segundo ressalta o autor, era uma “intenção deliberada de fazer com que os latino-americanos se adequassem aos interesses de uma superpotência” (YOUNG, 2014, p. 42). Por isso, quando concediam algum apoio financeiro, exigiam dos governos requisitantes que adotassem políticas econômicas ortodoxas para a concessão de empréstimos, enquanto políticas nacionalistas eram vistas como contrárias aos interesses estadunidenses. Assim, sob o véu de cooperação, a ajuda econômica era utilizada para forçar os Estados latino-americanos a realizar políticas de acordo com os interesses norte-americanos. Isto foi evidenciado, por exemplo, com o importante tema das remessas de lucros ao exterior. No período, as restrições impostas por Vargas

havia sido afastadas, mas ainda continuavam as preocupações das empresas estrangeiras quanto à política monetária e cambial, que poderia restringir suas possibilidades de envio dos lucros para as suas matrizes. Por isto o governo norte-americano propunha aos latino-americanos, “incentivá-los mediante ajuda econômica e outros meios, a basear suas economias em um sistema de iniciativa privada, e, consideravam essencial, criar um clima político e econômico propício ao investimento privado, de capital nacional e estrangeiro, incluindo: a. leis e regulamentos razoáveis e não discriminatórios em relação aos negócios. b. oportunidade de ganhar, e no caso de capital estrangeiro, de repatriar um retorno razoável. c. políticas razoáveis de tarifação para empresas controladas pelo governo. d. políticas fiscais e monetárias sólidas. e. respeito por direitos contratuais e de propriedade, incluindo a garantia de uma rápida, adequada e efetiva compensação no caso de expropriação” (YOUNG, 2014, p.85, nota de rodapé 98).

No capítulo três, o livro apresenta os interesses brasileiros, representados no governo de Juscelino Kubitschek, que, segundo o autor, seriam de dar continuidade ao processo de industrialização iniciado por Vargas. Considerando esses interesses, o livro analisa como os Estados Unidos impuseram obstáculos àquele objetivo. Ressaltamos deste capítulo o conteúdo documental que permite ao autor verificar o esforço dos Estados Unidos para que as solicitações

brasileiras de auxílio financeiro fossem levadas ao FMI ou a outros órgãos multilaterais. Desta maneira, procurava-se evitar que as condicionalidades fossem vistas como imposições da principal potência capitalista. Contudo, os Estados Unidos tinham influência preponderante sobre tais organizações multilaterais. Desta forma, este país se utilizava de sua influência para fazer com que FMI e Banco Mundial exigissem, dos países demandantes de empréstimos, as condicionalidades que atendessem ao seu próprio interesse.

Destaca-se o modo como estas condicionalidades procuravam limitar o âmbito de atuação do Estado na economia, o controle nacional sobre os fluxos comerciais e financeiros com o exterior, os salários, e pressionavam para a adoção de políticas monetária e fiscal ortodoxas: tudo sob o pretexto de constituir uma economia com “sólidos” fundamentos para incentivar a livre iniciativa privada.

Obviamente, a história nunca se repete da mesma forma. Contudo, como observa Ligia Osório Silva², apoiada em Nelson Werneck Sodré, o presente projeta-se sobre o passado ajudando-nos a compreender este melhor e, por seu turno, o entendimento do passado lança luz à frente para auxiliar-nos a compreender o presente. Em tempos de PEC 55, para conter os gastos fiscais, e da aprovação do projeto de Lei 4.567/16, que retira a obrigatoriedade de

participação da Petrobrás em todos os blocos de exploração do pré-sal, somente para ficarmos em dois exemplos, o livro de Víctor Young encontra-se entre estes que, além de esclarecer fatos passados, projetam-se para a melhor compreensão do momento presente. Mostra-nos que, por trás dos argumentos técnicos e teóricos que justificam medidas como estas, encontra-se em jogo o ajuste a interesses políticos atrelados ao capital financeiro internacional.

Notas

1. Na ocasião, Victor Young concedeu entrevista ao Jornal da Unicamp, que pode ser consultada em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/675/livro-revela-intervencoes-dos-eua-no-governo-jk>, acesso em 09/12/2016.

2. SILVA, Ligia. M. O. A história engajada de Nelson Werneck Sodré. In: <http://www.unicamp.br/nee/Ligia%20NWS%20HP.htm>, acesso em 11/12/2016.